

GAZETA DO POVO

Auxílio-moradia para os juízes

25 FEV 2014

A Assembleia Legislativa deveria optar por uma tramitação mais lenta, incluindo a sociedade no debate sobre o benefício aos magistrados

Os deputados estaduais devem apreciar hoje, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei que prevê a criação do auxílio-moradia não apenas para os desembargadores do Tribunal de Justiça (cujo presidente, Guilherme Gomes, assina o projeto de lei), como também para os demais magistrados do estado. Preocupa não apenas o próprio teor da proposta, que institui mais um dentre os já diversos privilégios de que gozam detentores de altos cargos no poder público, mas também o modo como a Assembleia pretende votar o texto, de maneira precipitada, sem a menor discussão com a sociedade.

Na justificativa anexa ao projeto de lei, argumenta-se que a proposta finalmente adequaria a situação dos magistrados ao que prevê a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), que afirma, em seu artigo 65, que, “Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens: (...) II - ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado”.

É preciso lembrar, no entanto, que a redação desse trecho da Loman foi dada por uma lei de 1986, enquanto a própria Loman é de 1979. E a Constituição Federal, que não apenas é posterior a essas duas leis como também deve preponderar sobre elas, é literal quanto à impossibilidade da adoção do auxílio-moradia. Em seu artigo 39, parágrafo 4.º, a Constituição diz que “o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”. Em outras palavras, há motivos suficientes para entender que o auxílio-moradia pleiteado pelo Tribunal de Justiça contraria a Constituição.

Tanto é assim que o entendimento do Conselho Nacional de Justiça, expresso até o momento por meio de liminares, é de que não se deveria conceder o auxílio-moradia aos magistrados. Uma reportagem da *Gazeta do Povo* publicada em dezembro de 2013, quando o TJ entregou à Assembleia o projeto de lei que deve ser votado hoje, informou que o CNJ vinha determinando a suspensão do pagamento do benefício em vários estados, inclusive no Paraná, onde o Tribunal Regional do Trabalho buscava a implantação do auxílio-moradia. Entre os argumentos apresentados pelo conselheiro Emmanoel Campelo está o fato de tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estarem analisando o tema para dar uma palavra final a respeito da constitucionalidade do auxílio-moradia. Segundo Campelo, haveria o risco de os magistrados se verem obrigados a ressarcir os cofres públicos caso comesçassem a receber o benefício e ele viesse a ser revogado pelos tribunais superiores.

Por isso é tão preocupante que, em vez de adotar a prudência e esperar o pronunciamento final do STJ ou do STF, os deputados estaduais tenham resolvido analisar o projeto do auxílio-moradia paranaense às pressas. Um requerimento deve ser apresentado na sessão de hoje para transformar o plenário em “comissão geral”, o que dispensaria a tramitação do projeto por várias comissões da Assembleia (e não apenas pela Comissão de Constituição e Justiça, que já aprovou o texto na terça-feira passada). Uma tramitação mais lenta ofereceria aos parlamentares e à sociedade a chance de discutir o auxílio-moradia por diversos pontos de vista. É legítimo que os integrantes do Judiciário exponham seus motivos aos deputados, como mostram trechos de uma carta enviada pelo presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Frederico Mendes Jr., e revelados pelo colunista Celso Nascimento no último domingo. Também é importante que os juízes recebam salários justos e condizentes com a importância do trabalho que exercem. Mas não é razoável excluir a sociedade desse debate. Que os parlamentares saibam agir sem precipitação, permitam aos paranaenses conhecer esse projeto e deixar clara sua opinião sobre ele, e promovam uma discussão ampla não apenas sobre a legalidade do auxílio, mas também sobre sua moralidade.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

LEGISLATIVO ESTADUAL

Deputados vão fazer “tratoração” para aprovar auxílio-moradia de juízes

Alep apressa votação de auxílio-moradia

Os deputados do Paraná votam hoje, em regime de comissão geral, o projeto que cria auxílio-moradia para juízes e desembargadores. A manobra acelera a aprovação de propostas consideradas prioritárias pela Assembleia. Assembleia terá manobra regimental que agiliza a discussão do projeto, que pode ser aprovado em definitivo na sessão de hoje

Chico Marés

A Assembleia Legislativa do Paraná decidiu agilizar a votação do projeto que cria o auxílio-moradia para juízes e desembargadores do estado e pode aprovar hoje, de maneira definitiva, o benefício pedido pelo Tribunal de Justiça (TJ). Deputados apresentaram e aprovaram ontem requerimento para transformar hoje o plenário em comissão geral — quando um

projeto pode ser aprovado rapidamente, em um único dia, sem passar pelas comissões temáticas da Casa.

Caso seja aprovado, o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, poderá regulamentar o pagamento por decreto. O projeto não prevê um teto para o benefício nem estabelece quem poderá receber — em tese, até juízes e desembargadores que têm casa própria em sua comarca poderiam receber o benefício. Estima-se que o benefício poderá custar até R\$ 3,3 mil por magistrado mensalmente.

A proposta, apresentada pelo TJ no final do ano passado, apenas inclui o benefício entre as vantagens que um juiz ou desembargador pode receber no Código de Organização e Divisão Judiciárias. Com isso, toda a regulamentação do benefício, incluindo seu valor e sua extensão, poderá ser determinada pela presidência do TJ por decreto, sem necessidade de uma nova discussão na Assembleia.

A legalidade do projeto foi votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia na semana passada. O relator da proposta

foi o deputado Alexandre Curi (PMDB), que considerou a proposta constitucional. Ademar Traiano (PSDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Hermas Brandão Júnior (PSB) e Caíto Quintana (PMDB) votaram a favor na CCJ. Tadeu Veneri (PT), Péricles de Mello (PT) e Pastor Edson Praczyk (PRB).

Veneri considera o projeto inconstitucional porque não segue a legislação da União sobre o tema, que define previamente a extensão do auxílio. “O Paraná será o primeiro estado a aprovar uma lei diferente da Lei Orgânica da Magistratura. Acho isso lamentável”, afirma. Na avaliação do deputado, a legislação paranaense abrirá brecha que os magistrados que possuem residência própria em sua comarca recebam o benefício e também permitirá que juízes aposentados e seus pensionistas recebam o benefício.

CONTINUA

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Na justificativa do projeto, o TJ alega que a proposta visa dar “simetria” às carreiras dos magistrados com a dos promotores do Ministério Público Estadual (MP). Na Lei Orgânica do MP, esse benefício é previsto — apesar de nunca ter sido colocado em prática. Entretanto, mesmo nesse caso, o artigo é minimamente restritivo e estabelece que o auxílio só será pago “nas comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público”.

Comissão geral

Os deputados vão aproveitar a “carona” e o projeto será votado junto com a criação da Fundação Estatal de Saúde (Funeas, ver mais na página 12), em regime de comissão geral. Esse regime dispensa a tramitação da proposta em outras comissões e serve para apressar a aprovação de projetos considerados prioritários. Normalmente, por meio desse artifício, os deputados discutem um projeto às pressas. No caso do auxílio-moradia, a proposta ainda tinha de tramitar na Comissão de Economia e Finanças.

O regime de votação em comissão geral, porém, pode ser excluído do Regimento Interno da Assembleia a partir do próximo ano. Deputados que participam de uma comissão que reavalia o regimento vão propor em seu relatório a extinção dessa prática. A proposta depende de aprovação do plenário.



Valor do benefício será definido posteriormente, por decreto de Guilherme Luiz Gomes, presidente do Tribunal de Justiça.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

TADEU VENERI

Auxílio-moradia para magistrados não

ARTIGO

TADEU VENERI, é deputado estadual pelo PT

Pode ser um debate apenas para deputados

O Projeto de Lei n.º 801/2013, que altera artigo do Código de Organização e Divisão Judiciárias para incluir o pagamento de auxílio-moradia entre os benefícios concedidos aos magistrados do Paraná, merece um debate maior por parte da sociedade. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentei voto em separado apontando algumas razões jurídicas que impedem a aprovação do texto tal como foi elaborado pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Em nenhum momento contestamos a prerrogativa de o Judiciário apresentar a proposta. O Judiciário é parte legítima para propor o benefício. Nossas ressalvas são de outra ordem. Além de não trazer a repercussão financeira da proposta, exigência mínima legal para que uma matéria seja aprovada pelo Legislativo, o texto deixa lacunas que poderão, futuramente, converter-se em despesas maiores do que aquelas apenas sugeridas. Ao não delimitar o alcance do benefício, o projeto permite que, na sequência, sejam autorizados pagamentos retroativos aos últimos cinco anos, como já ocorreu com lei semelhante aprovada no Rio de Janeiro.

Da mesma forma, o texto permite ao Judiciário contemplar com o pagamento mensal juízes e desembargadores que exercem atividades regularmente na capital, quando a lógica nos leva a crer que podem prescindir desse direito. Ou seja, já estão nos níveis mais elevados da carreira e, portanto, recebem os mais altos salários – que podem chegar a mais de R\$ 40 mil mensais –, se consideradas as vantagens decorrentes do cargo. Assim como o texto deixa brechas para que aposentados também tenham acesso ao auxílio.

Pareceres dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que já se manifestaram sobre o tema em outras propostas levadas à corte por magistrados de outros estados, apontam para a necessidade de retirar do texto aqueles magistrados que atuam nas capitais ou que já possuem imóvel próprio ou cedido pelo poder público. O benefício não pode ser de alcance universal ou perde seu caráter de verba indenizatória e passa a servir como apenas um instrumento de aumento salarial.

Assim manifestou-se o presidente do STF Joaquim Barbosa: "Não há evidências concretas de que se esteja diante de parcela alimentar. Pelo contrário, tudo leva a crer que o auxílio-moradia não serve para contemplar a remuneração do magistrado federal, mas sim para indenizá-lo por despesas que surgem da sua designação para o exercício em localidade distante, despesas que exatamente por isso, devem desaparecer com a passagem do tempo, à medida em

que o magistrado reúna as condições de obter moradia adequada à dignidade das suas funções e à segurança pessoal e familiar (...)".

Nosso voto também menciona o exemplo de outros estados, onde o benefício é pago, mas com valores definidos e limitados a magistrados que atuam fora de suas comarcas originais. Assim estabelece o Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina, que prevê a concessão da ajuda de custo para moradia nas comarcas onde não houver residência oficial para juiz, exceto nas capitais. Da mesma forma está regulamentado em Goiás e Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul.

O Tribunal de Justiça invoca ainda o princípio da similaridade com os membros do Ministério Público Estadual. Contestamos esta simetria. Tanto a lei federal como a lei que contempla os membros do Ministério Público Estadual têm uma condicionante ao direito, como cabe a uma verba de natureza indenizatória e transitória.

O que estamos propondo é que o Judiciário se disponha a fazer um debate transparente sobre a questão para que a sociedade possa estar bem informada sobre o que se vota na Assembleia Legislativa e por quê. Reafirmo que, da forma como está redigida a proposta, mantenho meu voto contrário à aprovação, pois fere a Constituição Federal. Por último, considere saudável a forma como os magistrados encaminharam a todos os deputados um texto expondo suas justificativas para propor a ajuda de custo. É assim que se faz um debate democrático e horizontal.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO



Auxílio-moradia

Parece que os juízes estaduais vivem em outro mundo e que são funcionários diferenciados ao pleitear auxílio-moradia. Estão sempre à procura de um jeito de aumentar seus vencimentos e vantagens, usando, como bem demonstra a coluna de Celso Nascimento (*Gazeta*, 23/2), de lobby e pressão psicológica para com os deputados.

Luiz Carlos G. Santos

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

**Notas
Políticas**

Número

R\$36.828,92

é o valor do estoque de capachos do Tribunal de Justiça do Paraná, segundo o portal da transparência do órgão. Atualmente o estoque tem 386 capachos, de fibra em vinil, de 1,20m por 80 centímetros.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Credores de R\$ 1,1 bi aguardam cronograma de pagamento

Chico Marés

Três semanas depois do prazo estipulado, o governo do Paraná ainda não tem um cronograma para o pagamento da dívida de pelo menos R\$ 1,1 bilhão que tem com fornecedores de produtos e serviços. Segundo a secretária estadual de Fazenda, Jozélia Nogueira, o governo ainda está fazendo uma análise para saber o exato tamanho do débito. Em audiência pública na Assembleia Legislativa, a secretária disse ontem que cronograma deve ser finalizado nos próximos dias.

Segundo Jozélia, a dívida com fornecedores ainda está sendo analisada pela Secretaria da Fazenda, e não se sabe exatamente qual o seu tamanho, mas o débito de R\$ 1,1 bilhão já está confirmado, podendo ser maior. Ela diz que o cronograma para o pagamento só será feito após a conclusão dessa etapa do trabalho.

A secretária afirmou que a falta de pagamentos aos fornecedores ocorreu pela demora na liberação dos empréstimos pleiteados pelo governo do estado (veja acima). “Existem metas a cumprir nessas operações de crédito [financiamentos], fixadas em contrato, que são obrigatórias. Primeiro você investe, depois você recebe. É isso que foi feito e por isso que estamos nessa situação”, disse Jozélia, que também criticou o engessamento do modelo legal de gestão

pública do Brasil.

O governo do Paraná fechou as contas de 2013 com um superávit primário, mas esse dinheiro não deve ser usado para o pagamento das dívidas. De acordo com Jozélia, isso ocorre por causa de obrigações legais — uma boa parte das verbas do estado já está comprometida com determinadas ações e não pode ser usadas para outros fins.

A secretária destacou a importância dos empréstimos para o governo. “Todas as metas da gestão foram feitas com base nesses empréstimos. Nós planejamos antecipadamente, executamos metas e agora estamos esperando o dinheiro para recompor tudo isso”, disse a secretária.

Críticas

A falta de pagamento para os fornecedores foi alvo de críticas de deputados da oposição. “Isso mostra o descaso com o qual o governo trata seus fornecedores. Não é um problema de agora, já vem de alguns meses. Se o governo não conseguiu fazer um cronograma de pagamento desde novembro, é porque não tem condições de pagar”, afirmou o

líder do PT, Tadeu Veneri. Jozélia reafirmou, durante a audiência, que todas as dívidas serão pagas de forma escalonada, e que os micro e pequenos empresários terão prioridade.

Desde 2013, o governo deixou de pagar R\$ 1,1 bilhão a fornecedores. Em dezembro, foi anunciado que “pente fino” seria realizado e um cronograma de pagamentos seria estabelecido até o dia 31 de janeiro deste ano.

“Todas as metas da gestão foram feitas com base nesses empréstimos. Nós planejamos antecipadamente, executamos metas e agora estamos esperando o dinheiro para recompor tudo isso.”

Jozélia Nogueira, secretária estadual da Fazenda, explicando por que o cronograma de pagamento dos credores está atrasado.

25 FEV 2014

CELSO NASCIMENTO

GAZETA DO POVO

PM raciona alimentação de cães

Felippe Aníbal

A Polícia Militar admitiu ontem que a alimentação dos cães vem sendo racionada desde a última quinta-feira. Vazado à imprensa, um documento interno da Diretoria de Apoio Logístico da PM determinou que o volume diário de ração fosse limitado a 400 gramas por animal “até que se normalize o abastecimento de ração no Canil Central,” sediado em Curitiba. A redução da cota de alimentação dos cachorros provocou a reação de entidades policiais e da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba (Spac). O caso é mais um episódio que aponta para a escassez de recursos das forças de segurança do Paraná.

Além do Canil Central — que abriga 38 cães de busca e salvamento e farejadores de drogas —, a medida afeta outras 15 unidades policiais espalhadas pelo estado. Enquanto vigorar o racionamento, os animais ficarão “baixados”, ou seja, não par-

ticiparão de operações. “Só deverão ser utilizados em casos excepcionais”, consta da orientação da PM.

A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares (Amai) e a Associação dos Praças dos Paraná (Apra) prepararam ofícios que serão encaminhados ao Comando da PM, pedindo informações sobre a limitação. A Spac também cobrou respostas e acompanha o caso de perto.

Segundo a Apra apurou no Canil Central da PM, a cota de 400 gramas de ração diária corresponde, em média, à metade do que os cães consomem normalmente.

A professora de Medicina Veterinária da PUCPR, Ana Paula Sarraff, diz que, sem dados como peso e estado corpóreo de cada cachorro, é difícil prever o impacto que a dieta forçada pode provocar. Ainda assim, ela ressalta que não é “recomendável” manter o racionamento por um longo período. Em nota, a PM informou que a situação deve se normalizar no início de março, quando será lícitado um novo estoque de ração, e acrescentou que “a medida de racionamento visa preservar a saúde dos semoventes, mediante orientação médico-veterinária”.

Olho vivo

Jozélia, a sincera 1

A prestação de contas da secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, ontem, no plenário da Assembleia, foi elogiadíssima pelos deputados. Nunca antes na história, disse, por exemplo, o deputado Valdir Rossoni, um secretário de estado foi tão franco e tão didático quanto Jozélia. Os parlamentares têm razão: nas quase três horas de relatório, de perguntas, réplicas e tréplicas, Jozélia deu sobretudo demonstrações de grande sinceridade, como se vê abaixo.

Jozélia, a sincera 2

Ao contrário do que anunciou o governador Beto Richa, segundo o qual todas as contas atrasadas, de R\$ 1,1 bilhão, seriam pagas até março, sua secretária da Fazenda preferiu ignorar este prazo: será “durante o ano”, disse ela — certamente para desespero de muitos fornecedores que não veem a cor do dinheiro que o governo lhes deve desde agosto/setembro do ano passado.

Jozélia, a sincera 3

O Paraná, segundo a secretária, tem pelo menos um bom motivo para não se afundar ainda mais no sufoco financeiro. Segundo ela, a tábua de salvação que levará o estado a um futuro melhor chama-se “Paraná Competitivo”, programa de incentivo a investimentos privados que ela frisou ter sido criado pelo governo Jaime Lerner — isto é, pelo menos 12 anos antes de Beto Richa, seu chefe, se tornar governador.

Jozélia, a sincera 4

Jozélia reconheceu que o estado, de fato, não cumpriu a determinação constitucional de aplicar 12% em saúde pública — investiu apenas 10,03%. Sua sinceridade acabou quando disse que os outros estados também não cumpriram: Pernambuco investiu 14,7%; Santa Catarina, 12,02%; Bahia, 12,9%; Rio Grande do Sul, 12,5%; Rio de Janeiro, 12,04%.

LICITAÇÃO

De acordo com nota da Polícia Militar, a licitação para compra de um novo lote de ração está em processo de “reanálise”. “Consoante o contexto geral de austeridade fiscal do governo”. Para entidades policiais, porém, é impossível não relacionar o caso à falta de recursos que tem atingido as forças de segurança desde outubro do ano passado.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Semana decisiva para a tarifa do transporte coletivo

Enquanto motoristas e cobradores decidem hoje se entram em greve, prefeitura e empresas discutem na quarta-feira o aumento da passagem

Raphael Marchiori

O transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana será tema de intensas discussões entre hoje e amanhã. Nesta terça-feira, a partir das 20 horas, motoristas e cobradores vão se reunir para discutir a possibilidade de greve. Na quarta, prefeitura, Urbs e consórcios devem decidir se haverá ou não reajuste na tarifa cobrada do usuário e naquela repassada às empresas de ônibus. Segundo a administração municipal, a decisão do aumento pode, inclusive, tornar o subsídio já anunciado pelo governo do estado insuficiente para cobrir os custos do transporte metropolitano.

O indicativo de greve foi dado na última sexta-feira, o que já permite legalmente que motoristas e cobradores cruzem os braços. De acordo com Anderson Teixeira, presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de

Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), as negociações começaram na segunda quinzena de setembro e não houve contraproposta dos patrões. "Eles alegam que as empresas e a Urbs estão com algumas questões na Justiça que pressionam o sistema", afirma.

Teixeira faz alusão ao imbróglio jurídico em torno da licitação de 2010 que concedeu a operação do transporte coletivo de Curitiba a quatro lotes empresariais. As contestações em torno do pleito ganharam força após junho de 2013, quando eclodiram no país os protestos contra a alta da tarifa. Em Curitiba, o reajuste de março daquele ano — que havia elevado a tarifa de R\$ 2,60 para R\$ 2,85 — foi revisto para R\$ 0,10.

De lá para cá, a Câmara dos Vereadores de Curitiba abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o Tribunal de Contas do Estado do Paraná elaborou um Relatório de Auditoria e a Ordem dos Advogados Brasil no Paraná (OAB-PR) emitiu parecer confirmando as ilegalidades na licitação dos ônibus apontadas pelo TCE-PR. Houve consenso de que a planilha da tarifa não é clara e que conta com itens nocivos à população.

Antecipando-se ao julgamento do mérito do relatório e com o objetivo de evitar distorções no próximo reajuste, Nestor Baptista, con-

selheiro do TCE-PR, determinou a redução da tarifa técnica em R\$ 0,43 com base na modificação e retirada de itens que compõem essa tarifa. Mas a medida foi objeto de mandado de segurança impetrado pelas empresas de ônibus na Justiça e teve o efeito suspenso pelo desembargador Marques Cury.

Alheio a essa discussão, o governador Beto Richa anunciou, no domingo, que renovará o subsídio mensal de R\$ 5 milhões para manutenção da integração do transporte. A prefeitura considerou tranquilizadora a decisão, mas informou que os valores somente poderão ser conhecidos após o reajuste tarifário.

CONTINUA

NÓS

No último dia 6, o Tribunal de Contas do Estado determinou a redução da tarifa técnica (aquela repassada às empresas) em R\$ 0,43 devido a supostas irregularidades no cálculo dessa tarifa. A medida era um desdobramento do Relatório de Auditoria do próprio TCE-PR, apoiado por órgãos como OAB-PR e Câmara de Vereadores de Curitiba – casa que conduziu uma CPI sobre o assunto. Menos de duas semanas depois, o desembargador Marques Cury atendeu a um mandado impetrado pelas empresas de ônibus e suspendeu os efeitos da liminar.

PELOS R\$0,43

Sindicatos prometem ir ao CNJ contra decisão da Justiça

Sindicatos de classe prometem ir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra a decisão do desembargador Marques Cury que suspendeu os efeitos da liminar do TCE-PR. O Tribunal de Contas havia determinado, no último dia 6, a redução da tarifa técnica em R\$ 0,43. De acordo com Valter Fanini, diretor financeiro do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), os argumentos do desembargador não amparam sua decisão. “Ele [Marques Cury] diz que o Tribunal de Contas não pode realizar controle prévio sobre contratos, salvo quando há

EMPRESAS

O Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) confirma que não fez novas propostas aos trabalhadores. O sindicato entende a legitimidade das reivindicações, mas não tem como atendê-las.

RENOVAÇÃO

O governo do estado anunciou a renovação do subsídio para manutenção da integração do transporte de Curitiba com outros 13 municípios da RMC. Serão mais R\$ 5 milhões mensais até dezembro. A administração municipal, porém, sinalizou que esse recurso pode ser insuficiente diante da possibilidade de reajuste tarifário, o que aumentaria os custos de operação das linhas metropolitanas. No ano passado, segundo a Urbs, a prefeitura já teria subsidiado o transporte integrado nessas outras cidades com R\$ 2 milhões mensais.

auditorias. Nesse caso, o TCE não está fazendo controle prévio, porque já existe um contrato assinado. Além disso, tem uma auditoria em curso com relatório emitido”.

O Senge-PR atua na questão do transporte coletivo junto a outras quatro entidades de classe, que entregaram à Prefeitura de Curitiba, em 2013, um parecer técnico que teria demonstrado indícios de conluio na licitação do transporte coletivo da capital e região. Fanini diz ter encarado a posição da administração municipal com desalento. “O prefeito [Gustavo Fruet] tem elementos para contestar a licitação, mas age como seu sucessor [Luciano Duccii]”.

PARALISAÇÃO

O Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) promete para hoje, às 20 horas, uma assembleia que poderá decidir pela paralisação do transporte coletivo. A pauta de reivindicações da classe inclui pedido de ganho real de 16% para motoristas e 22% para cobradores – além da correção da inflação pelo INPC. Segundo a Urbs, os gastos com pessoal e benefícios equivalem a 33% da tarifa técnica.

25 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

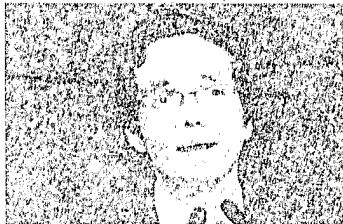
Luta contra as drogas

O Seminário "A atuação do Ministério Público no enfrentamento à drogadição", que ocorre nos dias 26, das 17 às 21 horas, e 27 de fevereiro, das 8h30 às 18h30, pode ser acompanhado na íntegra pela internet. Basta acessar o endereço www2.mppr.mp.br/webcast. O evento é promovido pelo Comitê do Ministério Público do Estado do Paraná de Enfrentamento às Drogas e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Na ocasião, serão abordadas as políticas públicas em saúde mental e será lançado o projeto Semear, estratégia do Ministério Público para o enfrentamento ao crack, álcool e outras drogas.

JUIZES FEDERAIS

Nova direção da Apajufe toma posse

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



O juiz Anderson Furlan (foto) assumiu ontem a presidência da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe) para o biênio 2014-2015, substituindo o magistrado Antônio César Bochenek. Furlan já esteve à frente da Apajufe em 2010 e 2011 e foi vice-presidente da entidade entre 2004 e 2005. Ele tem 13 obras publicadas e lecionou por mais de dez anos na Escola Superior de Magistratura. O vice-presidente da entidade é Ricardo Rachid de Oliveira. E Georgina Arenhart Munhoz da Cunha será a diretora da Escola da Magistratura Federal do Paraná.

Defesa pede habeas corpus para acusados de lançar rojão

O advogado Wallace Martins, que defende os réus Caio Silva de Souza e Fábio Raposo, acusados de terem lançado o rojão que atingiu e matou o cinegrafista da Band, Santiago Andrade, entrou com um habeas corpus com pedido de liminar a fim de que os dois saiam da prisão de imediato. O criminalista, que passou a integrar a defesa de ambos para atuar na parte técnica do processo, acredita na liberdade deles, porque Caio e Fábio são primários e têm endereços fixos. O pedido deve ser julgado por uma das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça. "Depois da liberdade do Caio e do Fábio, iremos cuidar da defesa deles no processo que corre pelo III Tribunal do Júri", explicou Wallace.

POUPANÇA

Banco Central e AGU querem suspender ação sobre planos econômicos

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Banco Central (BC) enviaram uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) na última sexta-feira pedindo que seja suspenso o julgamento da ação contra os planos econômicos. O STF vai definir se investidores com recursos na caderneta de poupança na implantação planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II entre os anos de 1980 e início dos 1990 têm direito a ressarcimento dos bancos por eventuais perdas. O caso, que deveria ir a plenário nesta semana, foi adiado novamente e não tem data para ser retomado. A AGU e o BC pedem a suspensão pelo menos até a realização de uma audiência pública sobre o tema e solicitam que os autos sejam enviados ao Ministério Público com novos documentos anexados pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro ao processo.

25 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Delator do mensalão é preso no Rio e diz que 'cai de pé'

Jefferson lamentou ter perdido a liberdade,
mas negou arrependimentos

**Ex-deputado é o
vigésimo dos 25
condenados no
processo que teve
prisão decretada**

ITALO NOGUEIRA
EM LEVY GASPARIAN (RJ)

Passados pouco mais de três meses desde que o STF (Supremo Tribunal Federal) decretou as primeiras prisões do processo do mensalão, o delator do esquema, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), foi detido ontem em Levy Gasparian, cidade a 150 quilômetros do Rio.

Levado para a capital, foi examinado no IML (Instituto Médico Legal) e passou pelo presídio Ary Franco (zona norte). Dali saiu vestido com o uniforme da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, uma camiseta verde com a sigla do órgão, e com os cabelos cortados.

Seguiu então para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) que funciona dentro do complexo penitenciário de Gericinó, em Bangu, zona oeste, para uma avaliação completa de seu estado de saúde.

De lá, foi transferido para o Instituto Penal Coronel PM Francisco Spargoli Rocha, em Niterói, onde cumprirá sua

pena. O local teria melhores condições de atendê-lo, já que ele se recupera de um câncer no pâncreas.

Minutos antes de ser levado para o Rio em um carro da Polícia Federal, Jefferson disse lamentar a perda da liberdade, mas afirmou não se arrepender de ter delatado o esquema do mensalão.

“Caí de pé. Minha música é ‘My way’ [música que virou um clássico na voz de Frank Sinatra]. Não me rendi, não me ajoelhei e fiz da minha maneira. [...] Faço o bem. Não sou melhor do que ninguém. Mas não foi a toa que fui eleito por seis vezes deputado federal”, disse ele.

“O homem tem que procurar acertar para não perder a liberdade. O valor supremo da vida é a liberdade. Lutem para manter a de vocês”, completou Jefferson, ao lado da esposa Ana Lúcia.

Condenado a sete anos e 14 dias de prisão em regime semiaberto pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, mais o pagamento de R\$ 720,8 mil em multas, o ex-deputado assinou seu mandado de prisão às 12h21. Ele agradeceu aos agentes da Polícia Federal, que permitiram que ele tomasse banho, trocasse de roupa e almoçasse antes de seguir para o Rio.

SFOLTA

Na bagagem, disse que levava dois livros, sem revelar seus títulos, e a Bíblia. “Vou ter tempo [para pensar]”, disse, sobre seu futuro político.

Desde a madrugada de sábado agentes da Polícia Federal faziam plantão na porta de Jefferson, aguardando o mandado de prisão. Domingo ele saiu em sua moto Harley Davidson para aproveitar “os momentos finais de liberdade”. Ontem disse que sentirá falta de guiar a moto.

“O importante da Harley é o sentimento de liberdade. Não é a chegada o mais importante, mas sim a jornada. A liberdade é fundamental na vida do ser humano. E eu estou perdendo a minha.”

Ele voltou a afirmar crer que o país melhorou após o caso do mensalão, revelado pelo ex-deputado em entrevista à *Folha* em 2005.

Jefferson é o vigésimo dos 25 condenados a ter prisão decretada —outros três tiveram a pena convertida em restrição de direitos, multas e prestação de serviços e dois aguardam julgamento de recurso pelo único crime ao qual foram condenados.

CONTINUA

A SITUAÇÃO DE CADA UM

Onde estão alguns dos principais condenados



Roberto Jefferson
ex-deputado federal (PTB-RJ)
> Instituto Penal Ismael Pereira Sirieiro, em Niterói (RJ)
Pena mínima: 10 meses

7 anos e 14 dias



Marcos Valério
empresário
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)
Pena mínima: 3 anos e 11 meses

37 anos, 5 meses e 6 dias



Henrique Pizzolato
ex-diretor de marketing do BB
> Preso na Itália para responder a processo de extradição

12 anos e 7 meses



José Dirceu
ex-ministro da Casa Civil
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)
Pena mínima: 10 meses

7 anos e 11 meses



Valdemar Costa Neto
deputado federal (PR-SP)
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)

7 anos e 10 meses



Pedro Corrêa
ex-deputado federal (PP-PE)
> Centro de Ressocialização do Agreste, em Canhotinho (PE)

7 anos e 2 meses



Pedro Henry
deputado federal (PP-MT)
> Penitenciária Central do Estado, em Cuiabá (MT)

7 anos e 2 meses



Delúbio Soares
ex-tesoureiro do PT
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)
Pena mínima: 8 meses e meio

6 anos e 8 meses



José Genoíno
ex-presidente do PT
> Está provisoriamente em prisão domiciliar
Pena mínima: 10 meses

4 anos e 8 meses



João Paulo Cunha
deputado federal (PT-SP)
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)
Pena mínima: 8 meses

6 anos e 4 meses



Romeu Queiroz
ex-deputado federal (PTB-MG)
> Presídio José Maria de Alcmin (Ribeirão das Neves)

6 anos e 6 meses



Carlos Rodrigues
ex-deputado federal (PL, atual PR)
> Presídio da Papuda, em Brasília (DF)

6 anos e 3 meses

25 réus

foram condenados

21
cumprem pena
(11 ainda
recorrem
de parte das
condenações)

3 cumprem
pena
alternativa

1 ainda não começou
a cumprir pena
(Henrique Pizzolato)

CRONOLOGIA

6.jun.2005

> O então deputado do PTB, Roberto Jefferson, revela em entrevista à *Folha* um esquema de compra de votos na Câmara para a aprovação de projetos do governo Lula

Abr.2006

> A Procuradoria-Geral da República denuncia 40 pessoas ao STF

2012

> Em dezembro, o STF condena 25 réus

25 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO MÔNICA BERGAMO

PGR envia pedido de extradição de Pizzolato a autoridades da Itália

DE BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou à Itália e ao Ministério da Justiça o pedido de extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

Condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no processo do mensalão, Pizzolato foi preso no último dia 5, em Maranello, província de Modena, no norte da Itália, depois de ter fugido do Brasil em novembro.

Além de pedir a extradição do ex-diretor do BB, Janot também quer que a Itália mantenha apreendidos três computadores, um tablet, € 12,4 mil e US\$ 2 mil que foram encon-

trados com o condenado para posterior envio ao Brasil.

De acordo com Janot, os recursos podem ser usados para pagar a multa imposta a Pizzolato pelo STF (Supremo Tribunal Federal) ou para o ressarcimento do dinheiro desviado no esquema do mensalão.

No pedido, Janot reconhece que o tratado de extradição entre o Brasil e Itália não obriga a entrega de Pizzolato.

Apesar disso, ele diz que a extradição é juridicamente viável, uma vez que, além de existir um tratado de extradição, ela aconteceria para o Brasil, um país onde o petista também possui cidadania.

FIO DESENCAPADO

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares deve ser ouvido em breve em audiência pelo juiz André Silva Ribeiro, responsável pela execução das penas dos condenados do mensalão. Vai ter que dizer se tem ou não medo de ser incorporado à massa carcerária da Papuda. A questão causa estresse no sistema penitenciário de Brasília.

DO LADO DE DENTRO

O juiz acredita que Delúbio só pode permanecer separado dos demais se houver uma justificativa fundamentada. A direção da Papuda acredita que essa é questão de administração interna. E que cabe a ela decidir se um detento tem condições de se misturar aos outros.

DELICHE

Depois que começou a trabalhar fora da Papuda, Delúbio foi transferido da cela que dividia com José Dirceu. Dorme hoje num galpão com outros 20 presos. Todos são considerados "vulneráveis" e por isso ficam isolados.

COM TODOS

Interlocutores de José Dirceu dizem que ele está entre a cruz e a caldeirinha: quer trabalhar fora da Papuda, mas teme ser transferido para um galpão maior, como ocorreu com Delúbio.

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

'Crime de racismo é minimizado no Brasil'

Representante do movimento negro afirma que ato criminoso recebe importância reduzida no Judiciário

Marian Trigueiros
Reportagem Local

Londrina – O racismo é crime inafiançável no Brasil. Há 25 anos, foi criada a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito racial. A legislação determina a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Mesmo assim, atos de discriminação do tipo acontecem com mais frequência do que se imagina. Para piorar, poucos casos chegam a ser julgados e, quando são, têm suas penas reduzidas pelo Judiciário, que minimiza a importância deste tipo de ação. A maior parte dos casos de discriminação racial é tipificada pelo artigo 140 do Código Penal, como injúria, que prevê punição mais branda.

Essa é uma das considerações feitas por lideranças e representantes de entidades do movimento negro no Brasil.

"Seja pelo apartheid social existente ou pela baixa representatividade dos negros na sociedade, os crimes de racismo acabam recebendo uma importância reduzida. Na prática, são tipificados como injúria racial ou com algum valor jurídico quase inexistente, cuja penalidade é insignificante", critica o diretor nacional de comunicação da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Alexandre Braga.

Nos últimos dias, dois casos de racismo chamaram a atenção e acirraram as discussões sobre preconceito racial em todo o País. O jogador Tinga recebeu vaias ofensivas, com referências a um macaco, na partida entre Cruzeiro e Real Garcilaso, no Peru, pela Copa Libertadores.

No outro caso, uma australiana que vive no Brasil foi presa após ofender funcionárias de um salão de beleza, em Brasília. A Polícia Civil informou que mulher foi detida por racismo e não por injúria racial porque disse que não poderia ser atendida pela funcionária negra. Ela cometeu um ato de "segregação racial" ao afirmar que a profissional não poderia executar o serviço por ser de "raça ruim".

Com relação ao jogador de futebol, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu nota de repúdio contra quaisquer manifestações de racismo ou preconceito, independentemente da nacionalidade do alvo do indecoroso ato. "O episódio ocorrido em meio à par-

tida de futebol não pode ser recebido como um fato corriqueiro, pois a atitude da torcida anfitriã ofendeu não somente o jogador Tinga, mas todos os brasileiros e todos os esportistas. A OAB, entidade defensora dos Direitos da Pessoa Humana, exige que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) posicione-se intransigentemente acerca da ocorrência e recomende com firmeza à Conmebol a imposição de severas sanções ao time Real Garcilaso." Por enquanto, a CBF só se posicionou em nota pedindo a punição aos responsáveis pelo episódio.

Pela minimização do crime, as sanções severas, segundo o membro da Unegro, como prisões, praticamente não são aplicadas. A situação é agravada pela ausência de políticas públicas para promover o ingresso do negro, seja na saúde, na educação, na cultura e na própria política, com o intuito de "reverter o quadro atual de exclusão". "Se olharmos os índices sociais, os negros representam a maior população de pobres, carcerária, nos cargos menos remunerados, moradores de rua", declara Braga, complementando que há obstáculos ainda pela ausência de negros no Congresso, onde as leis que favorecem a questão negra são barradas.

CONTINUA

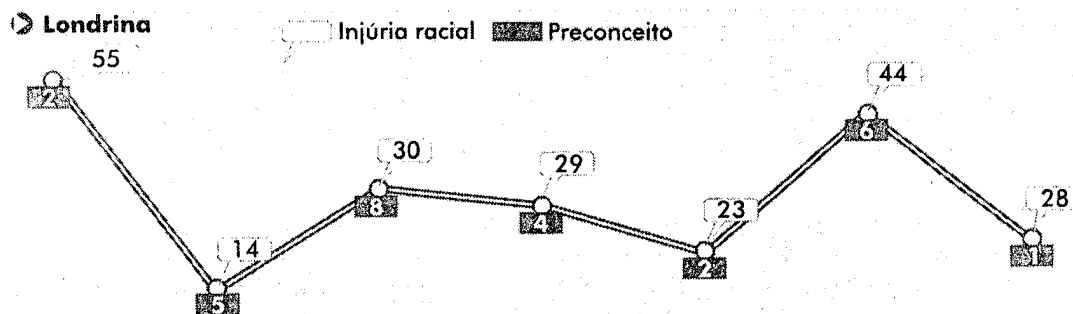
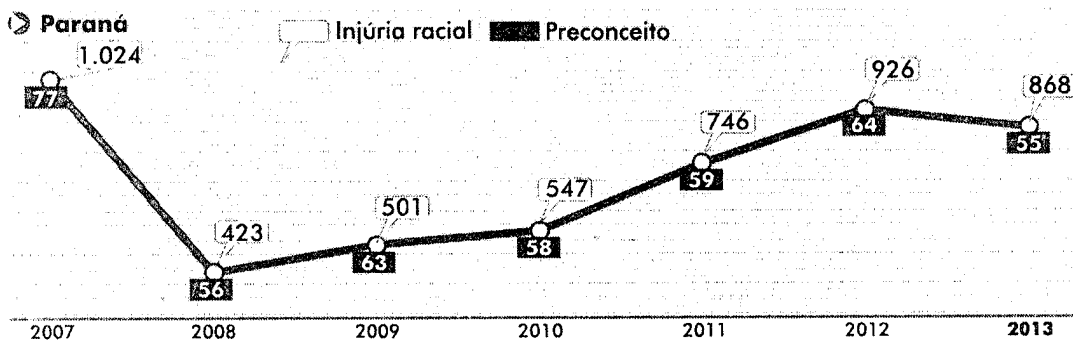
25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PRECONCEITO

Boletins de ocorrência por crimes de racismo e injúria racial



CONTINUA

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Penas varia de 1 a 5 anos de prisão

Londrina- Juridicamente, a grande diferença entre a injúria racial e o racismo é que este é um xingamento preconceituoso direcionado à alguém. O outro, preconceito discriminatório e segregador. Enquanto o racismo está previsto em lei própria, é inafiançável, imprescritível, sua pena é de reclusão de 1 a 5 anos. A injúria, por sua vez, dependendo do crime, está prevista no Código Penal, admite fiança, prescreve no máximo em oito anos, e sua pena não passa de 3 anos.

"Qual a diferença em xingar alguém diretamente de 'seu negro sujo' ou dizer 'essa raça negra suja' a essa mesma pessoa? No meu entender, não existe diferença dogmática, os dois estão ofendendo a raça da mesma maneira. Essa diferença jurídica, na verdade, dá margem política a uma decisão. O crime de injúria racial foi criado para abrandar a severidade da lei do racismo", avalia o advogado criminalista Daniel Gerber, de Brasília.

Ele explica que em ambos os casos dificilmente alguém permanecerá preso pelo crime, mesmo que considerado inafiançável. "Ainda que o indivíduo seja preso em flagrante e condenado, sem antecedentes

criminais e agravantes, a pena não passará de quatro anos. E sentença menor que este tempo, não cumpre pena preso." Nestes casos, o resultado são penas alternativas, como prestação de serviços comunitários e pagamento de cestas básicas. Em alguns casos, pagamentos de indenização. Em casos de reincidência, porém, a situação pode agravar.

E o fato de ser inafiançável, o que significa? De acordo com Gerber, existe uma interpretação errada que acaba gerando na população frustração e falsa expectativa de punição. "Isso significa somente que, mesmo que a pessoa seja presa em flagrante e no caso de não ter a prisão preventiva decretada, não precisa pagar para sair. Ou seja, não é que o indivíduo não saia nem pagando fiança. Além de não pagar, ele sai."

Ministério Público

Por outro lado, a promotora Mariana Bazzo, coordenadora da unidade de Igualdade Racial do Centro de Apoio Operacional das Promotorias (Caop) de Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná (MP-PR), destaca o que considera um grande avanço pela trans-

formação da lei, que retirou a responsabilidade dos juizados especiais de julgar os crimes de injúria racial. "Era preciso contratar um advogado para mover uma ação desse tipo. Agora, no caso de representação pela vítima, é o MP que tem obrigação de entrar com a ação", esclarece.

Mariana explica que, depois de registrar o boletim de ocorrência em uma delegacia, a vítima deve, obrigatoriamente, representar contra quem cometeu o ato, demonstrar que pretende ir adiante com o inquérito para, então, ser encaminhado ao Ministério Público. E é o MP que deve oferecer denúncia ao Judiciário. "Em casos de racismo, que deve ser contra um grupo, o MP pode oferecer denúncia mesmo sem a representação de uma vítima", esclarece.

Além disso, a promotora comenta que o centro também tem a responsabilidade de apurar denúncias de abusos ou descasos cometidos pelos órgãos executores, como a polícia. "Recebemos muitas denúncias de pessoas que são discriminadas não só pela questão racial, mas também por suas manifestações religiosas, sobretudo as de matriz afro-brasileira." (M.T.)

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Base aliada marca 'tratoração' para hoje

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Mesmo após pressão da oposição e de grupos de servidores, os deputados devem votar hoje, em comissão geral, três projetos de lei que vêm gerando polêmica na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. O 801/2013, de autoria do Tribunal de Justiça (TJ), institui o auxílio-moradia para juízes e desembargadores; o 726/2013 cria a Fundação Estatal de Atenção em Saúde (Funneas-PR); enquanto o 22/2013 define as áreas de atuação das entidades com personalidade jurídica de direito privado instituídas pelo poder público.

A solicitação para usar o chamado "tratoração" nas duas últimas matérias, ambas encaminhadas pelo Executivo, partiu do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), que vê urgência em "acelerar o atendimento na ponta". Com a medida, as propostas não precisam passar por análise prévia das demais comissões da AL. "Só são contra os sindicalistas que ganham da União para fazer movimentos contrários a tudo o que é de bom que se propõe no Estado. Se estivessem nos seus postos de serviço, nós poderíamos resolver grande parte dos problemas de saúde do Paraná. Mas eles preferem a movimentação política."

Já o requerimento referente à votação do auxílio-moradia foi entregue pelo deputado Alexandre Curi (PMDB), que contou com o apoio de outros 18 parlamentares. Ele argumentou que a proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que o artifício seria uma forma de "garantir a discussão". O líder do PT, Tadeu Veneri,

porém, criticou a manobra. "A expectativa não pode ser outra; quem tem a maioria põe para votar e aprova, infelizmente."

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

'Rombo' será resolvido até fim do ano, diz Jozélia

Na Assembleia Legislativa,
secretária da Fazenda reconhece
dívida de R\$ 1,1 bilhão e afirma
que Executivo vai "honrar
com os compromissos"

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira, confirmou ontem que a dívida do governo do Paraná com fornecedores já supera R\$ 1,1 bilhão, o que corresponde a 4,35% da Receita Corrente Líquida (RCL). Durante a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2013 na Assembleia Legislativa (AL), ela voltou a afirmar que o Poder Executivo irá honrar com todos os compromissos. O cronograma dos pagamentos, prometido há um mês, porém, ainda não foi divulgado.

"Isso me deixa muito mal. Mas a nossa intenção é pagar todos esses convênios, todas essas pessoas que estão na fila, aguardando, de forma escalonada, até o fim do ano", disse. No final do ano passado, a situação levou à paralisação de obras em diversos municípios. Viaturas da Polícia Militar (PM) e ambulâncias também chegaram a ficar sem combustível.

Segundo os dados oficiais, apesar das dívidas, as contas começam a se reequilibrar. A receita do Estado chegou a R\$ 32,14 bilhões em 2013, um crescimento de 8,67% se comparado à arrecadação de 2012. O aumento se deve, principalmente, ao crescimento de 9,84% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2012, o governo arrecadou R\$ 17,7 bilhões, enquanto em 2013 esse número subiu para R\$ 20,7 bilhões. Já as despesas totalizaram R\$ 32,04 bilhões, o que significa aumento real de 5,81% em relação aos R\$ 28,49 bilhões do ano anterior.

Mínimos

O governo deixou de investir o mínimo de 12% em saúde e de 2% em ciência e tecnologia, conforme prevê a Constituição. Na primeira área, gastou 10,03% de sua receita líquida de impostos e transferências, enquanto na segunda chegou a 1,62%. Por outro lado, em educação os gastos foram de 31,87%, acima dos 30% estipulados pela lei.

Conforme a secretária, essa situação será contornada em 2014. "Houve uma alteração na Lei Complementar 141/2012, que excluiu das despesas de saúde os gastos com medicina preventiva, como o Leite das Crianças e o Sistema de Atendimento à Saúde (SAS). Essa alteração causou um problema muito grande e (para contorná-lo) teríamos de retirar de outras fontes que não tinham nem previsão orçamentária", justificou.

A mesma situação, conforme a chefe da pasta, contribuiu para aumentar as despesas de custeio em 51%. "O custeio aumenta quando o serviço público melhora. É uma questão indissociável", completou. A inclusão de tais programas no cálculo, contudo, já tinha sido contestada pelo Tribunal de Contas (TC) em balanços anteriores.

CONTINUA

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A prestação de contas mostrou ainda uma redução de aproximadamente R\$ 1 bilhão nos gastos com pessoal. A administração estadual fechou 2013 tendo comprometido 47,23% da sua receita corrente líquida para pagar o funcionalismo. O resultado foi obtido, conforme a secretária, também por conta de uma nova modalidade de cálculo, que exclui as despesas com inativos do percentual.

Embora abaixo dos 48,77% da última prestação de contas, o índice segue acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 46,55%. "Estamos apertando o cerco, o cinto, exigindo economia em todos os setores do Estado e isso vai redundar em uma melhora na situação."

Para o líder do PT, Tadeu Veneri, a secretária deixou "uma preocupação muito grande", principalmente pelo fato de não ter detalhado quando serão pagas as dívidas com fornecedores. "Se essas pessoas ouvirem todo o depoimento, terão a certeza de que não receberão no curto nem no médio espaço de tempo. Não estamos falando da perspectiva de pagamento de contas futuras, e sim de contas passadas. No nosso caso específico (Curitiba), temos algumas escolas sendo construídas e as obras estão sendo paralisadas porque as empreiteiras não têm mais como bancar os seus trabalhadores", criticou.

25 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

STF adia julgamento sobre perdas com planos econômicos

André Richter

Agência Brasil

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento das ações sobre perdas de rendimento de cadernetas de poupança por causa de planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 do século passado.

A questão voltaria a ser debatida esta semana, mas as sessões de amanhã e quinta-feira foram destinadas aos recursos dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

A nova data para os planos econômicos não foi definida. O julgamento foi iniciado em

dezembro do ano passado, mas os ministros decidiram adiar a conclusão, para que o assunto seja definido de uma só vez. Há 390 mil processos parados em várias instâncias do Judiciário aguardando a decisão do Supremo.

O tribunal vai definir se os bancos têm de pagar a diferença das perdas no rendimento de cadernetas de poupança causadas pelos planos Cruzado (1986), Bresser (1998), Verão (1989); Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

A principal ação em julgamento é a da Confederação Nacional do Sistema Financeiro, que pede confirmação da constitucionalidade

dos planos econômicos. Os ministros do Supremo vão analisar também as ações dos bancos do Brasil, Itaú e Santander.

Na mesma ação, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor pede que os bancos paguem aos poupadores os prejuízos financeiros causados pelos índices de correção dos planos inflacionários.

Segundo o procurador do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, o sistema bancário pode ter prejuízo estimado em R\$ 149 bilhões, caso o Supremo decida que os bancos devem pagar a diferença.

INFORME

Roriz perde

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a publicação de "opinião jornalística extremamente dura e contundente" é protegida pela Constituição e não gera direito de indenização aos criticados, principalmente se eles forem "figuras públicas ou notórias". A decisão é do dia 19 de fevereiro e deu vitória à Editora Abril em um recurso contra o ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz. O recurso relatado pelo ministro Celso de Mello reformou sentença do Tribunal de Justiça do DF, que havia condenado a editora a indenizar Roriz.

Casa vota Funeas e auxílio-moradia

Os deputados estaduais fazem hoje um “esforço concentrado” para votar dois projetos polêmicos. O primeiro é a proposta do governo que cria a Fundação Estadual de Saúde (Funeas) - com personalidade jurídica de direito privado para gerir os serviços de saúde no Estado. O segundo é um projeto do Tribunal de Justiça (TJ/PR) que prevê a implantação de um auxílio-moradia para desembargadores e juízes. A proposta de criação da Funeas chegou a ser apresentada no final do ano passado, às vésperas do recesso, mas acabou sendo retirada de pauta pelo próprio governo, por conta da reação contrária dos parlamentares da base de situação que reclamaram do pouco tempo para votá-la. A iniciativa sofre a resistência dos sindicatos dos servidores, sob a alegação de que ela abriria caminho para a terceirização e privatização dos serviços. O governo nega, afirmando que o projeto facilitará a contratação de médicos e outros profissionais de saúde. O outro projeto institui o pagamento de auxílio-moradia aos juízes e desembargadores do Estado. O TJ alega que a proposta atende ao princípio da similaridade com os membros do Ministério Público Estadual, que já tem previsão de pagamento do auxílio moradia. O MPE, porém, diz que não paga o benefício, apesar da lei. O projeto não especifica valores a serem pagos, alegando que isso será regulamentado pelo próprio Judiciário. Para apressar a votação das duas matérias, o líder da bancada do governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), apresentou ontem requerimento pedindo a transformação do plenário em comissão geral - o que evita a necessidade dos projetos terem que receber parecer das comissões permanentes da Assembleia. Traiano também pediu a dispensa do intervalo de 24 horas entre as votações em primeiro e segundo turno.

**KARLOS
KOHLBACH**

Comissão geral para aprovar Funeas e auxílio moradia para o TJ

A bancada governista na Assembleia Legislativa, liderada pelo deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), vai transformar a sessão de hoje em comissão geral para aprovar dois polêmicos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo. Um deles é a criação da Fundação Estatal em Saúde (Funeas), entidade com personalidade jurídica de direito privado que será vinculada à Secretaria da Saúde. O outro se refere ao auxílio moradia, de R\$ 4 mil, para juízes e desembargadores do Paraná. A tendência é que as duas propostas de lei sejam aprovadas, mas há um temor dos governistas por conta dos protestos dos servidores da saúde e da imprensa em relação ao benefício para os magistrados.

25 FEV 2014

BEM PARANÁ

STN descumpre ordem judicial, diz Nogueira

A secretária de Estado da Fazenda, Jozélia Nogueira, acusou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de descumprir ordem judicial ao não liberar o empréstimo de R\$ 817 milhões do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste) ao governo paranaense. No último dia 12, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, concedeu liminar determinando a liberação dos recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da linha de crédito criada para que os estados pudessem ampliar a capacidade de investimentos. Até agora, porém, Nogueira afirma que o dinheiro não saiu.

“Não sabemos mais o que estão exigindo. Estou aguardando audiência com o Arno Augustin (secretário do Tesouro Nacional) há quinze dias. Não há mais nada que impeça. Espero que saibam que estão descumprindo ordem

judicial”, afirmou ela.

O governador Beto Richa (PSDB) já tem atribuído a demora na liberação dos recursos à discriminação do governo federal por motivação política contra o Paraná. O processo, porém, acabou ficando parado na STN, por conta de uma denúncia do senador Roberto Requião (PMDB), ao órgão, apontando supostas irregularidades nos gastos com o pagamento de servidores aposentados. O governo do Estado então recorreu ao STF através de uma ação cautelar, para liberar o dinheiro, obtendo a liminar.

Segundo a secretária da Fazenda, essa demora tem prejudicado o Estado. “Para receber o dinheiro dos empréstimos temos que investir primeiro. A demora na liberação das operações nos causou problemas”, afirmou. “Todos os estados do Brasil dependem de empréstimos para realizar investimentos, porque a receita está comprometida com pessoal e custeio”, justificou.

25 FEV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Assembleia pode investigar promoções irregulares

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná considerou legítima a iniciativa da Assembleia Legislativa de solicitar documentos aos servidores para analisar indícios de irregularidades em algumas promoções. O Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Assembleia Legislativa (Sindilegis) havia impetrado um mandado de segurança para impedir que os funcionários fossem obrigados a entregar documentos à Casa.



O presidente da AL, Rossoni, propõe concurso público

Em março de 2013 foi criada uma comissão especial para analisar possíveis irregularidades

na promoção de centenas de funcionários da Assembleia. Os trabalhadores apontaram para problemas em 200 promoções, e as falhas são decorrentes de um enquadramento realizado pela Casa em 2005. O ato administrativo permitiu, por exemplo, aumentos irregulares de salários e que servidores - que ingressaram para vaga de nível médio - alcançassem cargos de nível superior sem prestar concurso público

25 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF: Ex-deputado Roberto Jefferson é preso no Rio de Janeiro

O ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) foi preso nesta segunda-feira (24/2) no município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Considerado delator na Ação Penal 470, o processo do mensalão, Jefferson (foto) se entregou à Polícia Federal depois de receber mandado de prisão expedido pelo Supremo Tribunal Federal.

A princípio, ele será levado ao presídio Ary Franco, na capital fluminense, mas ainda não foi definida a unidade prisional onde cumprirá pena, segundo a Secre-

taria Estadual de Administração Penitenciária. O ex-deputado deve passar por uma avaliação médica no Complexo Penitenciário de Gerició, em Bangu.

Agentes da PF passaram o fim de semana em frente à casa dele após o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, determinar a prisão na noite de sexta-feira (21/2).

Jefferson deverá cumprir 7 anos e 14 dias de prisão em regime semiaberto e pagar multa de R\$ 720 mil, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

TRF4 determina que empresa recupere margens do Ribeirão São Patrício

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, nesta semana, recurso da Construtora Carpizza, de Curitiba, e determinou que esta execute integralmente, no prazo de 30 dias, o plano de recuperação das margens do Ribeirão São Patrício, no município de Araucária, região sudeste do Paraná.

A empresa ajuizou recurso no tribunal alegando que o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), responsável por fiscalizar o cumpri-

mento da sentença, estaria exigindo ações ambientais que extrapolavam o descrito na condenação da Justiça Federal do Paraná.

A construtora foi condenada judicialmente em ação civil pública movida pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR) por promover a instabilidade das margens ao desviar o leito do riacho Ribeirão São Patrício durante a restauração e duplicação da BR-475.